

Sul global em luta antirracista: abrindo caminhos digitais para a erradicação do racismo na educação superior

Global south in anti-racist struggle: opening digital pathways for the eradication of racism in higher education

Jenipher Alyssa de Lima Silva¹

Ana Patricia Marcos Barbosa¹

Ana Gretel Echazú Böschmeier¹

Rute Régis de Melo¹

Taízia Tassia dos Santos¹

Breno da Silva Carvalho¹

Ezequiel Adney Lima da Paixão¹

Peti Mama Gomes²

Lucrecia Raquel Greco³

Julia Broguet⁴

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v24i53.968>

Resumo: A finalidade deste artigo é discutir, de forma integrada, ações escolhidas pela sua significatividade, selecionadas a partir das propostas de ações de dois ciclos da ação voltada para a eliminação do Racismo no Ensino Superior, no âmbito da campanha coordenada pela Cátedra UNESCO Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina/ UNTREF nos períodos de setembro a dezembro de 2020 (primeiro ciclo) e de outubro a dezembro de 2021 (segundo ciclo). Durante o primeiro ciclo foram abordadas diversas ações inter-institucionais em uma rede que envolveu países como Brasil, Guiné Bissau e Argentina. Todas as ações foram tangenciadas pela discussão antirracista em perspectiva descolonizadora, internacional, intercultural e plurilíngue. Durante o segundo ciclo, o foco esteve na luta

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal, Rio Grande do Norte, Brasil.

² Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Acarape, Ceará, Brasil.

³ Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís, Maranhão, Brasil.

⁴ Universidade Nacional de Rosário (UNR), Rosário, Argentina.

antirracista vinculada à comunidade Surda do estado do Rio Grande do Norte, no Brasil. Refletimos sobre a importância de tecermos pontes críticas na construção de reflexões sobre o racismo que sejam capazes de evidenciar os outros aspectos do pertencimento identitário em perspectiva interseccional – surdez, deficiência, gênero, nação, dentre outras.

Palavras-chave: sul global; racismo; Educação Superior; interseccionalidade; educação online.

Abstract: The purpose of this article is to discuss, in an integrated manner, actions chosen for their significance, selected from the proposed actions of two cycles of action aimed at eliminating racism in higher education, in the context of the campaign coordinated by the UNESCO Chair on Higher Education, Indigenous Peoples and Afro-descendants in Latin America/ UNTREF from September to December 2020 (first cycle) and from October to December 2021 (second cycle). During the first cycle several inter-institutional actions were addressed in a network that involved countries such as Brazil, Guinea Bissau and Argentina. All the actions were tangential to the anti-racist discussion in a decolonizing, international, intercultural, and plurilingual perspective. During the second cycle, the focus was on the anti-racist struggle linked to the deaf community in the state of Rio Grande do Norte, Brazil. We reflected on the importance of weaving critical bridges in the construction of reflections on racism that are able to highlight other aspects of identity belonging in an intersectional perspective – sordera, deafness, disability, gender, nation, among others.

Keywords: global south; racism; higher education; intersectionality; online education.

1 INTRODUÇÃO

No ano de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) decretou estado de pandemia em relação ao novo coronavírus, a COVID-19, que tem se alastrado rapidamente pelo globo. Diante desse infortúnio cenário, tivemos que deslocar nossas atividades presenciais para espaços virtuais. A pandemia, um fenômeno sanitário de impactos globais e extensão transnacional, traz consigo profundas desigualdades sociais que impactam na vida das pessoas e grupos, tendo em vista os marcadores de raça/cor, etnia, gênero, geração, classe, território, escolaridade, deficiência (Moreira; Dias, 2021).

Uma vez que as nossas alternativas de reconstrução e ajuste às novas condições de vida impostas pela pandemia têm sido amplamente virtuais, isso não significou o apagamento das desigualdades sociais. De forma alguma podemos

desconsiderar a existência de racismo, desigualdade de gênero, a exclusão linguística e o capacitismo no âmbito virtual no qual, indubitavelmente, há ações e posturas que contribuem para a continuidade da colonização dos corpos na contemporaneidade (Espinosa Miñoso, 2014). Desse modo, hoje mais do que nunca, os espaços digitais são considerados lugares de disputa de poder, de representatividade, de reconhecimento e de direito não somente à existência, mas também ao bem viver (Acosta, 2016).

Tendo como objeto de reflexão a Educação Superior na América Latina, nos questionamos: como podemos enfrentar o racismo estrutural no sistema de Educação Superior através de ações virtuais? Nesse caso, a Cátedra Unesco da Universidad Nacional de Tres de Febrero (UNTREF) lançou duas Campanhas para Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, sendo a primeira Campanha divulgada em 2020 e a segunda Campanha anunciada em 2021. Aproveitando os ensejos dessas ações estratégicas, submetemos as nossas duas propostas de ações antirracistas com a pretensão de serem realizadas virtualmente.

As propostas confeccionadas são frutos do trabalho coletivo e colaborativo de uma equipe de trabalho diversa, plurilíngue e multicultural, e as ações que integraram as propostas referidas acima foram tangenciadas pela discussão antirracista em perspectiva descolonizadora e interseccional. No que se trata do segundo ciclo, alusivo a segunda Campanha para Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, o foco esteve na luta antirracista vinculada à comunidade surda do Rio Grande do Norte, no Brasil, refletindo sobre a importância de tecermos pontes críticas na construção de reflexões sobre o racismo que sejam capazes de evidenciar os outros aspectos do pertencimento identitário em perspectiva interseccional – situando a identidade de pessoas surdas ao centro da discussão, mas considerando a sua interação permanente com aspectos de gênero e nação, dentre outras dimensões da opressão social.

A partir das diversas manifestações para a construção desta pesquisa, foram construídas as atividades com diversos/as colaboradores/as e participantes para a composição das ações dos dois ciclos, sendo eles – as Instituições de Ensino Superior (IES); Comunidades; Redes de Educação Popular e Grupos Artístico-Culturais vinculados através dos seguintes projetos de extensão:

Comunidade Indígena Mendonça do Amarelão (RN); Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI) – As Okinkas; Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Departamento de Saúde Coletiva da UFRN; Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGAS) da UFRN; Unidade Acadêmica de Direito e Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Bahia (PPGA/UFBA); Escuela Normal Superior nº 36 “Mariano Moreno” – Rosário (Argentina); Rede Emancipa RN – Movimento Social de Educação Popular; Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP/RN); Grupo de Teatro do Oprimido Pé de Poeta (Bahia); Grupo Egbé Capoeira Angola – Pium (Rio Grande do Norte).

Em síntese, o presente artigo consiste em um relato de experiência coletiva com a finalidade de discutir, de forma integrada, não todas as ações de ambos os ciclos, mas sim aquelas ações escolhidas pela sua significatividade no processo coletivo, visando a eliminação do racismo no ensino superior no âmbito da campanha coordenada pela Cátedra UNESCO Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina/UNTREF.

2 CAMINHOS DIGITAIS PARA A LUTA ANTIRRACISTA

A internet 2.0 apresentou uma nova maneira de comunicação social com a capacidade de criar plataformas que propiciem a interatividade entre internautas, demarcando gradativamente novos alicerces culturais e de socialidade (Deslandes; Coutinho, 2020). No contexto da pandemia da COVID-19, a OMS invocou os países para que adotassem medidas destinadas ao controle da propagação do referido vírus, sendo uma dessas medidas a necessidade de isolamento social. Sendo assim, as medidas adotadas de isolamento social têm contribuído para o crescimento da sociabilidade digital com o intuito de amenizar a falta da sociabilidade presencial (Mota *et al.*, 2021).

No marco de uma política consistente de isolamento sociosanitário, profundiza todo tipo de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Ao mesmo tempo, abre-se a porta para, a partir da própria crise, nos animarmos a repensar o mundo e desenvolver estratégias de superação das iniquidades e desigual-

dades amontoadas nas experiências sociais das populações racializadas como não brancas⁵.

Quando falamos sobre internet, nos referimos a uma materialidade virtual que permeia nossas vidas, constituída por territórios de construção de saber e, portanto, sujeita a lutas de poder, representação e legitimidade. A discussão sobre o acesso a internet não se limita somente ao acesso físico da maior parte da população a ele através da acessibilidade tecnológica – um tema crucial para as Instituições de Ensino em tempos pandêmicos e de isolamento social, mas se refere também à forma em que são gerados os códigos, em que língua são registrados, quem é que produz os conteúdos, para quem os conteúdos são produzidos e como é que esses conteúdos são apropriados, difundidos e replicados pelas redes. Em direção recíproca, os dados gerados pelas nossas trajetórias de busca na internet – a nossa “pegada digital” – são colhidos sob uma pauta extrativista sobre a qual pouco conhecemos. Nesse sentido, não é difícil notar que nossa cidadania está sendo forçada à configuração algorítmica da nossa existência virtual enquanto consumidores/as:

[...] o mundo digital é atravessado por algoritmos, com enorme sucesso e eficácia em nossas relações sociais, econômicas e políticas. Essas sequências finitas de programação que visam a dar solução para um determinado tipo de problema ou busca a partir de entradas anteriores são apresentadas pelo mercado como algo que não precisamos saber como funcionam, desde que cumpram sua finalidade (Deslandes; Coutinho, 2020, p. 4).

Por outro lado, uma análise rápida das tendências e canais de consumo globais nos mostra que os espaços da internet têm sido colonizados por perspectivas únicas sobre a história dos povos. Nesse contexto, podemos observar que práticas pouco democráticas – sujeitas a lógicas empresariais e excludentes da diversidade desde a própria produção das linguagens de codificação, passando por aspectos de design e comunicação, e chegando na questão de quem são as pessoas que produzem os conteúdos que nossas comunidades consomem – têm se tornado o “novo normal”.

⁵ Nesse texto consideramos pessoas “racializadas como não brancas” como aquelas pessoas identificadas como negras, pardas e indígenas.

O racismo, a desigualdade de gênero, a exclusão linguística e o capacitismo permeiam os espaços virtuais de formas diversas. Nesse sentido, é de fundamental importância a produção e fortalecimento de ações não somente antirracistas mas também descolonizadoras, plurilíngues, multiculturais, interseccionais e anticapacitistas (Mello; Nuernberg, 2012) que atentem contra essa hegemonia e que promovam diálogos Sul-Sul, isto é, conversas horizontais entre sujeitos/as diversos/as de um Sul Global diverso em ambientes virtuais.

3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA À LUZ DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Desde o século XIX no Brasil e no restante da América Latina, as desigualdades econômicas, que remetem às diferenças de classe, ocupam um lugar central nos movimentos sociais que questionam a ordem social vigente devido, em grande medida, à influência da tradição de pensamento marxista e à força dos movimentos socialista e comunista, enquanto as outras formas de desigualdade, como as diferenças de raça e de gênero, foram pensadas como secundárias (Zamboni, 2014).

Pudemos assistir, durante o século XX, novas organizações e movimentos sociais (movimento negro, feminista, LGBTQIAP+, de pessoas com deficiência, entre outros) se constituindo e ganhando forças que tinham como objetivos lutar pela igualdade e equidade de direitos e combater a discriminação e o preconceito que afetavam suas vidas diariamente.

Consequentemente, as demandas desses movimentos também foram entrando nas pautas dos debates acadêmicos que, a partir da articulação entre pesquisadores do campo das relações raciais com pesquisadores da área de gênero e sexualidade, surge a perspectiva dos marcadores sociais da diferença (Zamboni, 2014). Assim como os campos de gênero e sexualidade, os estudos da deficiência e os Estudos Surdos têm denunciado as múltiplas formas de racismo, especialmente contra os grupos de pessoas com deficiência e de pessoas surdas.

Zamboni (2014) define os marcadores sociais da diferença como sistemas de classificação que organizam a experiência ao identificar certos indivíduos com determinadas categorias sociais. Portanto, são as várias intersecções de marcadores sociais que abrangem deficiência, gênero, sexualidade, idade/geração, raça/etnia,

sexualidade/orientação sexual e classe, através das quais são atualizados conjuntos de relações sociais, de diferenciação e articulação na nossa sociedade (Ramos, 2021).

O racismo e capacitismo⁶ passam a estar paulatinamente no cerne das discussões dos movimentos de pessoas com deficiência e Surdo⁷, pois

Tanto o racismo como o capacitismo, por transitarem como categorização imersa na configuração capitalista de sociedade, acaba por aproximar demandas de minorias sociais distintas numa perspectiva em comum: o respeito. Tal viés se justifica porque a constituição teórica dos termos que categorizam grupos sociais em “superiores e/ou inferiores” instigam reflexões críticas no que se refere às interações nas vidas das parcelas populacionais que ocupam os grupos discriminados, orientando formas de capturar as consequências da interação entre duas ou mais formas de subordinação, como o sexismo, racismo e/ou o patriarcalismo, por exemplo, dando com isso uma dimensão mais ampla sobre o papel social que se atribui às pessoas destes grupos (Silva; Silva, 2018, p. 572).

Nessa perspectiva, assim como pessoas negras e indígenas, pessoas surdas e pessoas com deficiência que são negras e indígenas também sofrem, além do capacitismo, a opressão do racismo nas relações interpessoais e acadêmicas, inviabilizando desse modo o processo digno de acesso, permanência, participação e aprendizagem na educação superior, o que vai ao encontro dos instrumentos legais que garantem a inclusão desses grupos socialmente discriminados do Sul Global, tal como o marco de inclusão que ocorreu no Brasil por meio da Lei nº 13.146 (Brasil, 2015). À vista disso, o foco prioritário são os/as sujeitos/as excluídos/as do processo educacional (Camargo, 2017) – na educação superior, criando condições necessárias para fomentar o processo digno desses quatro pilares (acesso, permanência, participação e aprendizagem) através de ações afirmativas e da implementação de políticas de inclusão e acessibilidade.

Neste artigo, discutimos a importância da educação inclusiva – entendida aqui como educação para todos/as, que se estende aos e às estudantes, público-

⁶ O capacitismo pode ser definido como uma forma estrutural de opressão e discriminação contra pessoas com deficiência em virtude de seus corpos que não se enquadram ao padrão social de normalidade.

⁷ O termo “Surdo” com a letra inicial maiúscula será adotado no presente texto para referir-se às pessoas Surdas que fazem parte da comunidade Surda e que são usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

-alvo da educação especial, e à aqueles/as que não são público-alvo desse modalidade de ensino, incluindo a singular situação, pouco observada na literatura acadêmica, de estudantes negros/as, indígenas com deficiência em contextos de formação que são plurilíngues e multiculturais (Camargo, 2017). Pactuamos contribuir especialmente para o combate do racismo e do capacitismo presentes nas instituições de ensino superior, com o propósito de caminharmos na direção de nos tornarmos uma sociedade mais equânime e que respeita a pluralidade social e cultural tanto dentro como fora do meio acadêmico.

4 METODOLOGIA

Este artigo configura-se em um relato de experiência coletiva, de natureza descritiva e interpretativa, elaborado com o objetivo de compartilhar e analisar criticamente as experiências vivenciadas pela equipe de trabalho no que diz respeito ao desenvolvimento das ações antirracistas, ações essas elaboradas a partir da proposta voltada para a eliminação do racismo no ensino superior, no âmbito da “Iniciativa para a Erradicação do Racismo na Educação Superior” coordenada pela Cátedra UNESCO Educação Superior, Povos Indígenas e Afrodescendentes na América Latina/UNTREF, durante os anos 2020 e 2021.

Segundo Cervo (2007, p. 61-62), todo estudo de natureza descritiva

[...] busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas.

Nesse sentido, o estudo visa descrever as características ou relações existentes nas paisagens sociais estudadas.

Ao mesmo tempo, as ações realizadas se enquadram na prática da pesquisa-ação participativa, que de acordo com o sociólogo colombiano Orlando Fals Borda (1985), é uma estratégia de construção de conhecimento em diálogo próximo com a ação social e cultural.

Na nossa proposta, os/as sujeitos/as das comunidades com as quais foram tecidas as iniciativas tiveram um papel protagônico na definição de seus interesses de trabalho e discussão, sendo privilegiada uma perspectiva descolonizadora,

interseccional e popular incluindo, desenvolvimento e avaliação dos momentos e processos vivenciados.

O presente trabalho de pesquisa-ação participativa foi desenvolvido considerando de forma permanente a consulta à literatura especializada, a análise documental e o registro dos eventos, entendidos como espaços formativos com projeção no futuro. O artigo aponta a importância da construção e fortalecimento de uma educação não somente antirracista, mas também descolonizadora, plurilíngue, multicultural, interseccional e anticapacitista, promovendo assim diálogos entre sujeitos/as do Sul Global em todos os espaços sociais, incluindo, especialmente, nos espaços virtuais.

Com a irrupção da pandemia, nossas metodologias de trabalho antropológicas se reorientaram para uma agudização da ocupação dos espaços virtuais. Assim, nossas abordagens de grupos focais, reuniões, eventos e oficinas passaram pelo crivo reestruturador das tecnologias da informação como meio de comunicação de ideias e de potencialização de afetos. A proposta metodológica teve como ponto de partida uma atitude descentralizadora. Isto é, as ações propostas se realizaram a partir de várias redes de trabalho previamente existentes, que se congregaram na efetivação da luta antirracista em seus respectivos territórios – materiais e virtuais –, e na comunicação destas lutas por redes de afeto, fortalecidas a partir de objetivos comuns.

A operacionalização da proposta foi realizada de forma particular por cada nodo da rede estabelecida. Materiais produzidos pela Cátedra Unesco (sob a forma de textos escritos e produtos audiovisuais) foram colocados como disparadores nas discussões e temas de trabalho transversal nas ações da graduação, pós-graduação, monitoria e PIBIC, assim como no trabalho dos projetos de extensão e as redes de teatro, educação popular e capoeira. Alguns textos da Cátedra Unesco foram escolhidos para serem traduzidos e legendados pelo projeto de extensão RECânone/UFRN.

As redes participantes circularam os materiais como base para pensar nas diversas formas que toma a opressão do racismo estrutural e do epistemicídio nos espaços acadêmicos e não acadêmicos. A partir das perspectivas da educação popular, da tradução intercultural, do teatro do oprimido, da antropologia visual e do encontro de saberes, se elaboraram estratégias metodológicas que

consideraram as especificidades de cada grupo na reconstrução da sua realidade, considerando suas inserções não somente raciais, mas também de gênero, étnica, nacional e vinculada à surdez e deficiência.

As experiências compreenderam dois ciclos, sendo o primeiro realizado no período entre setembro e dezembro de 2020, enquanto o segundo ocorreu entre outubro e novembro de 2021. O primeiro refere-se a primeira Campanha para Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, o qual partiu de uma abordagem descentralizadora, em que consistiu em várias redes de trabalhos previamente existentes do Sul Global, cuja finalidade é materializar ações de lutas antirracistas em ambientes virtuais, visando à descolonização da internet por meio de uso das estratégias diferenciadas que possam levar à discussão e à reflexão acerca do racismo estrutural e do epistemicídio existentes nos espaços acadêmicos e não acadêmicos.

Além de lançarmos mão de materiais escritos e audiovisuais pertencentes à Cátedra UNESCO como referência para a discussão dos temas de interesse e para o trabalho transversal proposto, realizamos a tradução dos materiais supracitados em língua espanhola para a língua portuguesa – isto no caso de materiais escritos. Já para os materiais audiovisuais, adicionamos legendas em português, em crioulo e em tupi – comunidades linguísticas e culturais envolvidas, sob diversas formas de participação e apoio, na equipe da campanha – , bem como a janela de tradução/interpretação em Libras, como meio de assegurar a acessibilidade comunicacional para a Comunidade Surda brasileira – que contou com uma participação crescente através de ações transversais no primeiro ciclo e ações específicas no segundo ciclo.

De fato, no segundo ciclo, realizamos uma proposta menos extensa e focalizada. Nela, participaram apenas duas universidades – a UFRN e a UFCG – por meio de projetos de extensão e de ensino. Nesta proposta foram utilizados um ciclo de rodas de conversas, diálogos e palestras, sendo uma universidade focada na temática acerca da interseccionalidade envolvendo pessoas surdas racializadas e como essa relação pode impactar o acesso à educação e à saúde por parte de pessoas surdas não brancas, e a outra universidade teve o intuito de abordar os temas da educação, etnia-raça e juventude, mantendo o diálogo com estudantes da educação básica, notadamente do Ensino Médio por meio de uma disciplina acadêmica.

5 AS AÇÕES EM SEUS CICLOS

5.1 Ações do primeiro ciclo: setembro a dezembro de 2020

As ações desenvolvidas por cada rede de trabalho estão articuladas através de projetos de extensão e de ensino, sendo concretizadas de forma particular em seus respectivos territórios. A maioria dessas ações supracitadas lançou mão dos mencionados materiais produzidos pela Cátedra Unesco da UNTREF que, por sua vez, foram traduzidos para as línguas de origem de cada nodo da rede. Esses materiais traduzidos foram empregados com o objetivo de orientar as discussões e temas de trabalho transversal nas ações de graduação, da pós-graduação, monitoria, PIBIC, assim como no trabalho dos projetos de extensão e as redes de teatro, educação popular e capoeira. Contudo, apesar de sua importância, todas as ações realizadas nesta campanha não serão mencionadas, pelo qual escolhemos algumas de especial significância dentro do acervo de ações da equipe.

A nossa primeira proposta, intitulada “Traduzindo as Lutas Antirracistas desde os Sules Globais: ações transversais desde Internet para o Enfrentamento ao Racismo Epistêmico e Estrutural no Ensino Superior e nas Comunidades”, foi concebida para a primeira Campanha para Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina e teve a sua corporização no ano de 2020. Esta proposta contempla várias redes de trabalhos previamente existentes, uma vez que as universidades brasileiras e algumas instituições de ensino superior da América Latina, em consonância com as Comunidades Indígenas, movimentos sociais e Redes de Educação Popular e Grupos-Artísticos Culturais Brasileiras se autoconvocaram para realizarem ações antirracistas em rede, se dedicando a propor estratégias de luta antirracista a partir do encontro de saberes, da tradução intercultural e da descolonização das matrizes curriculares universitárias.

À vista disso, adequando-se aos objetivos do artigo, pretendemos compartilhar nossas experiências especificamente para os trabalhos de tradução intercultural e de educação antirracista. Por meio do projeto de extensão RECânone da UFRN, projeto que fez parte da proposta em questão, debruçando-se na tradução de textos e vídeos da Cátedra Unesco, selecionamos alguns textos e vídeos em espanhol. Algumas das publicações da “Iniciativa para la Erradicación del Racismo

en la Educación Superior” (UNESCO, UNTREF) que foram utilizadas no decorrer do projeto: Ocoró Loango (2019); Daniel Mato (2019a, 2019b); Velásques (2019); Nascimento (2019) dentre outras que foram trabalhadas ao longo do artigo.

No que tange aos materiais audiovisuais, foram selecionados para a tradução intercultural os vídeos do projeto “Iniciativa para La Erradicación del Racismo en Educación Superior” que estão disponíveis no canal da UNTREF, sendo apresentados oralmente em espanhol. Assim, os vídeos escolhidos foram os de Maribel Mora Curriao, Anny Ocoró Loango e Nelly Yendy Arrechea Riascos. Uma vez que foi feita a seleção desses materiais, passamos para a próxima etapa na qual incorporamos a tradução por meio da legendagem em português, em crioulo e em tupi, assim como foi inserida a janela de tradução/interpretação em Libras.

Os contextos interculturais – que, neste caso, envolvem também a dimensão do internacional e ainda do intercontinental – trazem uma complexidade à comunicação dentro da qual as estratégias comunicativas precisam ser flexíveis, proativas e levar em conta as diferenças culturais, sociais e de acesso. Adicionalmente, em se tratando de tradução/interpretação em Libras precisamos considerar alguns aspectos importantes que Pagura (2015) ressalta em seus estudos: compreender a diferença entre traduzir e interpretar, sendo o primeiro voltado a expressão escrita e o segundo para a expressão falada/sinalizada, outro ponto é em relação ao tipo de interpretação sendo simultânea quando o intérprete acompanha fala/sinalização do comunicante, e consecutiva quando há uma primeira recepção para o intérprete posteriormente que repassa a informação do comunicante para o receptor, podendo ser de forma resumida.

Assim o momento do evento com diversas línguas que seriam interpretadas /traduzidas para a língua de sinais apresentou-se como entrave inicial que instigou a equipe de tradução/interpretação a buscar novas estratégias para contemplar as necessidades do evento e dos participantes Surdos, tendo em vista que

[...] as inúmeras divergências estruturais existentes entre a língua original e a tradução obrigam o tradutor escolher, de cada vez, entre duas ou mais soluções, e em suas escolhas ele é inspirado constantemente pelo espírito da língua para a qual traduz (Rónai, 1987, p. 21)

E para solucionar as dificuldades presentes no processo interpretativo em alguns momentos tornava-se perceptível a possibilidade de realizar uma

interpretação consecutiva. Pois, uma das intérpretes atuantes tinha conhecimento do idioma expresso.

Por outro lado, tornou-se necessário uma tradução escrita por parte da professora organizadora, tendo em vista que as tradutoras-intérpretes presentes desconheciam o idioma proferido. Apesar de superado os obstáculos, permeia-se a reflexão sobre a atuação dos intérpretes em contextos multilinguísticos e culturais e sobre a participação dos Surdos nas lutas antirracistas e a interseccionalidade do sujeito Surdo que agrega para além das pautas linguísticas as lutas raciais, de gênero, anticapacitistas, entre outras demandas que culminaram no segundo ciclo de eventos.

Em atividades realizadas no primeiro ciclo de “Traduzindo as Lutas Antirracistas desde os Sules Globais: ações transversais desde Internet para o Enfrentamento ao Racismo Epistêmico e Estrutural no Ensino Superior e nas Comunidades”, como parte de “Iniciativa para la Erradicación del Racismo en la Educación Superior” pertencente à Cátedra UNESCO “Educación Superior y Pueblos Indígenas y Afrodescendientes en América Latina”, grupo de jovens-mulheres de nacionalidades guineense de diferentes geografias, localidades e pertencentes a diferentes etnias que residem na diáspora brasileira e portuguesa, fizeram presente como um Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses (CEMGUI) (Racismo [...], 2020), para somar no combate ao racismo estrutural no sistema de ensino superior através da produção de um documentário, intitulado “Racismo Estrutural no Ensino Superior: relatos de experiência de Mulheres Guineenses no Brasil”, de 30 min e 14 seg, publicado em 18 de dezembro de 2020 no canal do YouTube Cemgui Okinkas.

Nela, as mulheres-jovens-guineenses trouxeram as implicações do imaginário sócio-histórico construído pela mídia, livros didáticos, reproduzido na esfera acadêmica brasileira e/ou portuguesa para com o continente africano perceptível nas universidades públicas federais. Através de vivências e experiências de integrantes do coletivo, estas denunciam os discursos, práticas racistas, e sobretudo a perversidade do racismo estrutural como forma de opressão que está enraizada nas estruturas e instituições de duas sociedades em questão, incluindo no corpo docente do ensino superior. De modo igual, falam do silenciamento, epistemi-cídio de conhecimentos (não europeus ou brancos), saberes orais, diversidades

de muitas Áfricas (dos países de pessoas não negras) em termos culturais, linguísticos, etc.

A Unilab foi tomada como exemplo disso por ser a universidade na América Latina que recebe o maior número de estudantes africanos/as fora do continente e que têm políticas explícitas de inclusão e ação afirmativa, principalmente no corpo docente e de técnicos/as administrativos/as – segmentos ocupacionais que, no Brasil, têm sido majoritariamente brancos –, assim como também no corpo estudantil. No documentário, as discentes-pesquisadoras, narram e exemplificam diversas vezes que foram confrontadas dentro e fora da universidade com indagações carregadas de preconceitos e desconhecimento mínimo do continente africano. Nas palavras de Iadira Antonio Impanta, “lidar com o sexismo, a sexualização que as pessoas (os nacionais-brasileiros) associam a mulher negra; lidar com o racismo enquanto uma mulher negra africana, e lida ao mesmo tempo com uma história de uma África selvagem, uma África onde as pessoas morrem de fome e de miséria” (Racismo [...], 2020).

Entende-se que a racialização dos corpos destas jovens-mulheres aconteceu fora de seu país de origem (Guiné-Bissau), ou seja, a população negra tem sido historicamente discriminada em lugares como o Brasil, os Estados Unidos, e também nas próprias Áfricas – pensemos especialmente no caso do Apartheid na África do Sul. As protagonistas do documentário narram que ouviram, pela primeira vez, palavras como “preconceito” e “racismo” no Brasil e em Portugal – concretamente no Ceará e em Lisboa –, ao mesmo tempo em que tiveram que aprender a lidar com ele e com a dimensão de leitura equivocada e distorcida que ignora a diversidade do continente africano.

Em consideração, as jovens chamaram atenção no documentário perante a necessidade de promover a igualdade racial tanto dentro como fora dos espaços acadêmicos, assim como de reconhecer a importância da diversidade cultural. Isso envolve a implementação de políticas que incentivam a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, independentemente da sua atribuição racial ou cor da pele, sobretudo de geografias africanas (desconhecidas), bem como a promoção da diversidade e inclusão em todas as esferas da sociedade brasileira e portuguesa. As escolas, desde o ensino básico até o ensino superior, podem se beneficiar grandemente da educação antirracista, isto é, educar as pessoas sobre

a história e os impactos do racismo e encorajar a reflexão sobre suas próprias atitudes e comportamentos em relação à raça.

Além do mais, as redes de apoio entre pares podem ser parte do combate e enfrentamento do racismo e de todos os desafios inerentes ao ensino superior nas instituições participantes. O coletivo Okinkas serviu como um destes espaços de debate, diálogo, acolhimento e escuta sobre as condições sociais e políticas das mulheres na diáspora, portanto, as mulheres guineenses tiveram a oportunidade de compartilhar suas experiências e falar abertamente sobre o racismo estrutural no ensino superior dentro da abordagem de questões relacionadas à raça, etnias, classe social e geografias.

Por sua parte, uma outra ação, chamada “Rosalía e o inverso das coisas. Experiências pedagógicas em torno da educação anti-racista” (Broguet; Biassoni, 2020) propôs-se trabalhar com estudantes do ensino superior não universitário na Argentina. O núcleo foi composto por integrantes da Área de *Antropología del Cuerpo* da Universidade Nacional de Rosario. A ação partiu de um recurso pedagógico que permitiu o tratamento da discriminação racial em sala de aula⁸. Este material permitiu gerar estratégias didáticas para a problematização do racismo como um fato histórico com consequências para o presente. Tais consequências nos contextos educacionais são observadas na (quase) ausência de conteúdo referente aos afrodescendentes na formação de professores e no debate sobre discriminação racial no ensino fundamental argentino. A principal atividade do núcleo foi um seminário interno com alunas/os do Professorado de Educação Primária da Escola Normal Superior nº 36 “Mariano Moreno”, da cidade argentina de Rosário (província de Santa Fé) que se denominou “Rosalía e o inverso das coisas: ferramentas para trabalhar a afrodescendência e o racismo na escola primária”.

⁸ Rosalía e o inverso das coisas é um livro-álbum voltado para a infância que aborda a presença africana e afrodescendente que viveu e vive na Argentina (Broguet; Biassoni, 2020). Para mais informações sobre o projeto e sobre os recursos gerados, favor consultar o link: <https://www.instagram.com/rosaliayelreves>.

Imagem 1 – Flyer do seminário interno



Fonte: elaboração própria

Nestas ações, problematizamos as realidades da população afrodescendente no Cone Sul e especificamente na Argentina, em perspectiva histórica. Para isso contamos com a colaboração de ativistas afro-argentinas que compartilharam suas experiências com a formação em história oferecida pelos institutos de formação de professores/as. O seminário foi considerado uma oportunidade para nos questionarmos sobre como ocorre a representatividade do passado e do presente destas populações na escola e como se construiu e legitimou uma narrativa da história nacional argentina que foi forçosamente europeizada e branqueada. Além disso, teve como objetivo produzir conteúdo sobre afrodescendência e racismo na Argentina para ser usado na etapa de treinamento de professores de nível primário e disseminado pelas redes.

A ação “Ferramentas expressivas performativas contra o Racismo” foi desenvolvida numa parceria entre o grupo de Teatro do Oprimido Pé de Poeta (Bahia, Brasil) com a participação de uma professora visitante que atuava no momento no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFBA. As ações foram conduzidas por docentes que representaram em sua execução a boneca abayomi, performances do corpo e da memória, e teatro fórum com o apoio do Grupo Pé de Poeta.

A ação procurou desestabilizar o racismo nas reflexões corporais (técnicas corporais e performances). Ao mesmo tempo, no contexto da pandemia, esta ação em particular buscava descansar do que era o uso e abuso normal dos dispositivos eletrônicos onde primava a posição sentada e os sentidos da vista e escuta. Assim esta ação se baseou em técnicas somáticas (de dança butoh, agama fo, fedora e yoga) para a experimentação sobre raça e memória em nossos corpos; artesanato ancestrais das populações negras e teatro do oprimido.

No módulo de performance e memória pesquisamos desde os pés e as costas as memórias ancestrais e o peso delas na pele e nas nossas posições cotidianas no quadro de estruturas racistas. Por meio da busca corporizada das nossas genealogias buscamos entender os significados das memórias nas nossas vidas e o valor delas para nossas práticas antirracistas. Já no módulo de Bonecas Abayomi, colocamos nossas mãos nos materiais reivindicando a memória criativa de resistência das populações afro-brasileiras. E, partindo ao módulo trabalhado na área de teatro, no fórum discutimos um trecho da peça África em nós especialmente gravado para os encontros do projeto, apresentando ao mesmo tempo o valor das dinâmicas reflexivas do teatro do oprimido para o ensaio de mundos possíveis.

Por sua vez, nos marcos da Cátedra Unesco voltados para o enfrentamento político-epistêmico do racismo estrutural, realizou-se uma ação de pesquisa participante e popular com escolas do Ensino Médio, cujo título foi “Um estudo do ensino da interface étnico-racial-classes na sociologia do Ensino Médio do Instituto Federal da Paraíba/IFPB e da Escola Técnica de Saúde do Centro de Formação de Professores/ETSC/UFPG”, e que foi sediado na Universidade Federal de Campina Grande.

Esse projeto consistiu em uma práxis educativa sobre o ensino da questão étnico-racial brasileira e latino-americana na Sociologia do Ensino Médio na Escola

Técnica de Saúde da UFCG e do Ensino Médio do Instituto Federal da Paraíba – IFPB. Neste marco, organizou-se uma dinâmica de encontros virtuais de estudos com estudantes do ensino médio, a partir da disciplina de Sociologia e Antropologia, para diálogos em torno de textos de autores/as que se situam numa perspectiva decolonial, antirracista e interseccional. Desta forma, planejou-se a preparação dos/as estudantes para ingresso no Ensino Superior, sendo a ação qualificada como uma experiência que ampliou a consciência crítica dos/as participantes, auxiliando-os/as na criação de uma educação multicultural, multirracial e multimodal.

5.2. Ações do segundo ciclo: outubro a novembro de 2021

Para a segunda Campanha para Erradicação do Racismo na Educação Superior na América Latina, foi tecida a proposta “Localizando às lutas antirracistas nos espaços de ensino médio e junto à comunidade surda”, contando com a participação de duas universidades brasileiras, a saber, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Cada instituição realizou as próprias ações em seus respectivos territórios.

Na UFRN, o projeto de pesquisa “Boas Práticas para o Enfrentamento à Covid-19”, vinculado ao Conselho Nacional de Pesquisas, e o projeto de extensão “Encontro de Saberes da UFRN” se uniram com o intuito de desenvolver ações antirracistas que envolveram o trabalho participativo junto à comunidade Surda. As ações antirracistas são referentes aos dois eventos realizados virtualmente, por meio do canal oficial do YouTube do projeto Boas Práticas, que tiveram como objetivo levantar uma discussão reflexiva com base nas experiências relatadas, trazendo ao cerne do debate pessoas Surdas não brancas que vivenciam a opressão a partir de seus diversos marcadores interseccionais – surdez, racialidade, etnicidade, gênero, nação, etc. Adicionalmente, foi colocada em prática uma proposta de interlocução formal com gestores/as da UFRN, gestores/as da Secretaria da Saúde, comunidade universitária e comunidade de estudantes surdos/as do Rio Grande do Norte.

O primeiro evento, que ocorreu no dia 14 de outubro de 2021, teve como título “O lugar das pessoas Surdas nas lutas antirracistas: Territórios educacionais e da saúde” e participaram como palestrantes um estudante negro Surdo de medicina, um pesquisador e tradutor/intérprete de Libras da área de estudos Surdos e

dois representantes da Comissão Permanente de Inclusão e Acessibilidade (CPIA/UFRN) e da Secretaria de Inclusão e Acessibilidade (SIA/UFRN), cuja finalidade é incrementar a discussão e reflexão acerca das experiências interseccionais, com base nas perspectivas e vivências relatadas por palestrantes, das pessoas Surdas não brancas no que diz respeito às dificuldades enfrentadas no acesso à saúde e à educação, além de ausência de reconhecimento identitário e de pertencimento de seus corpos de acordo com gênero, idade, territorialidade e especialmente raça/etnicidade.

O evento se dividiu em dois momentos: o primeiro foi uma roda de conversas com quatro palestrantes, tendo como pauta as questões de acessibilidade, numa perspectiva interseccional das pessoas Surdas racializadas. No segundo momento foi reservado o espaço para o debate, bem como para as perguntas a serem realizadas pelos participantes que estavam assistindo.

O segundo evento, realizado no dia 16 de novembro de 2021, intitulado “Racismo e Discriminação na Comunidade Surda: na procura do Bem Viver” teve como público-alvo pessoas da comunidade surda. Os/as palestrantes foram três pessoas surdas: professora e pesquisadora indígena; poeta e ativista negra surda e um professor e livreiro negro Surdo. cada um/a apresentou suas experiências e vivências racistas e capacitistas que a sociedade os/as submeteu.

O evento teve como principal objetivo proporcionar ao nosso público maiores conhecimentos e reflexões sobre as múltiplas formas de racismo existentes em diversos âmbitos sociais, notadamente educacionais e da saúde. Desse modo, a nossa intenção foi buscar incentivar as pessoas da comunidade Surda participarem ativamente nas discussões que envolvem a educação antirracista, reivindicando a criação de políticas públicas voltadas para a erradicação do racismo, principalmente no que se trata de acesso à saúde e à educação das pessoas Surdas racializadas. O procedimento metodológico deste evento seguiu a mesma linha de raciocínio do primeiro evento.

A necessidade de buscar uma forma ágil e direta de comunicação e, ao mesmo tempo, a importância da estratégia de preservar o caráter qualitativo da experiência, nos fizeram trabalhar com citações como recursos visuais, através de quotes, que são partes das falas potentes dos/as palestrantes mencionados acima. A principal intenção da elaboração das quotes é divulgá-las em redes

sociais para que as pessoas tomem conhecimento e se sensibilizem com relatos de experiências reais vivenciadas no meio social, inspirando-as a pesquisarem de onde vem as citações, estimulando assim a movimentação dessas pessoas no acesso a esses dois eventos, o que proporcionam a elas um maior conhecimento e uma reflexão sobre o racismo e a interseccionalidade que podem influenciar na construção identitária de pessoas Surdas (Silva; Echazú Böschemeier; Barbosa, 2022).

Em seguida, percebe-se algumas citações das falas organizadas pela equipe de trabalho e que foram compartilhadas nas redes sociais durante e depois do evento:

Imagem 2 – *Quote* elaborado a partir de falas do primeiro evento



Fonte: elaboração própria.

Imagem 3 – *Quote* elaborado a partir de falas do primeiro evento



Fonte: elaboração própria.

Ademais, a representatividade presente nas quotes, inspira o seguinte questionamento: que outros recursos visuais de forma estratégica podem cooperar para a visibilidade destas vozes nos espaços sociais? Nesse sentido, direcionamos nosso olhar crítico-reflexivo para a voz na arte, sejam estas expressas em telas ou de forma poética, tornam-se um ato político da representação da vida das vozes negras, Surdas e demais interseccionalidades existentes em nossa sociedade, retirando-as do silenciamento e oportunizando por meio da arte à declamação da pluralidade das diversidades presentes.

A tela de Tarsila do Amaral, a obra "Quadro Operários" é mencionada neste artigo como exemplo de expressão e reflexão do diálogo entre a literatura e a arte.

Pois, durante o primeiro evento do segundo ciclo “O lugar das pessoas Surdas nas lutas antirracistas: Territórios educacionais e da saúde” tivemos a oportunidade de conhecer um dos projetos mencionados, em específico, um deles relata sobre o incentivo à leitura com resenhas em Libras e acessível em português. E tendo como base a importância do registro de materiais do segundo ciclo para trabalhos educativos posteriores, a obra de Tarsila do Amaral, trouxe não somente a reflexão sobre a diversidade étnica no período da industrialização no início do século XX como representa também uma diversidade de povos, culturas, identidades, gêneros, raças, classe social e idades no Brasil. Neste trecho, a citação da obra, tem como objetivo instigar aos/as leitores/as a experiência visual e valorização das artes e outras formas de expressão que revelem não somente as vozes brancas e sim não brancas e/ou povos negros e indígenas, assim como Surdos e outros grupos linguísticos minoritários que estão sendo invisibilizados pelo preconceito e racismo social.

Por outro lado, a expressividade poética da ativista negra Surda participante do evento, que trouxe uma poesia intitulada “Mãe Assassina” (Poesia [...], 2020) apresentada no primeiro evento do segundo ciclo, declara ao/às espectadores/as a interpretação da vivência de Surdos/as racializados/as. Foi demonstrado que termos capacitistas emitidos em palavras e comportamentos preconceituosos trazem imagens fixas sobre o modo de vida da comunidade Surda, apoiando-se em argumentos que enfatizam o privilégio dos/as ouvintes desconsiderando a identidade Surda, neste contexto, a especificidade da maternidade Surda.

6 DEBATE

A partir das vivências empreendidas pelo coletivo, algumas questões guiam um debate para pensar ações futuras. Em primeiro lugar, perguntamo-nos como continuar a pautar ações antirracistas na educação de forma intercultural, que conectem diversos coletivos e produzam justiça epistêmicas no Sul Global?

Para isso, é fundamental pensarmos tanto na construção de pontes de sentido entre coletivos que venham trabalhando pautas antirracistas, quanto na própria acessibilidade linguística e cultural. Neste sentido, a partir da identificação de realidades particulares pelos próprios coletivos, sublinhamos a importância de fortalecer tanto dos/as tradutores/as quanto dos/as intérpretes de Libras,

adicionando também a contribuição de linguagens estéticas e expressivas que permitem tecer pontes de conhecimento não logocêntricas, reconhecendo saberes vindos de diversas práticas dos povos oprimidos. Discutir a formação de intérpretes de língua de sinais em contextos culturais e nacionais diversos torna-se uma pauta importante dentro desta agenda, considerando as diferenças linguísticas dentro dos países trabalhados (fundamentalmente o espanhol, o português e o tupi, língua crescentemente falada por populações indígenas do Nordeste brasileiro).

No cenário brasileiro, apenas a formação de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa é amparada por instrumentos legais, que foi contemplada inicialmente pelo Decreto nº 5.626 (Brasil, 2005), o primeiro decreto voltado para a educação de pessoas Surdas, o qual determina que esta formação deve ser realizada por meio de cursos de educação profissional, cursos de extensão universitária e cursos de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições credenciadas por secretarias de educação (Brasil, 2005).

Somente mais tarde, no ano de 2010, a profissão de tradutor e intérprete foi reconhecida legalmente, através da Lei nº 12.319 (Brasil, 2010). Oliveira (2018) avulta que os artigos desta lei, os quais instituíram a graduação na área de tradução e interpretação, bem como a criação de um conselho federal visando à fiscalização e normatização da profissão foram vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a justificativa de que muitos profissionais que já atuavam não tinham formação nesta área. Não obstante, o Decreto nº 7.612 (Brasil, 2011), assinado pela presidenta Dilma Rousseff, trouxe novas mudanças e perspectivas para o cenário de formação de Tradução e Interpretação no Brasil, uma vez que o decreto engendrou o Plano Nacional dos direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Nas propostas do plano, estava a criação de 27 (vinte e sete) cursos de licenciatura em Letras Libras e 27 cursos de bacharelado de Letras/Libras – Bacharelado, para a formação de tradutores e intérpretes, e 12 cursos de Pedagogia com ênfase na educação bilíngue (Oliveira, 2018; Brasil, 2011).

Além do mais, há estudos que apontam a necessidade de abarcar os aspectos culturais na formação de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, como é o caso da tese de Oliveira (2020), que discorre a importância da inclusão de artefatos culturais nos currículos de formação de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa, uma vez que

É indispensável que o aluno experiencie na prática de tradução e de interpretação entre duas línguas e se aproprie das particularidades culturais que há entre uma língua e outra; que o profissional compreenda que essas particularidades culturais influenciarão na atividade tradutória interpretativa; que há construções linguísticas embebidas de teias culturais de valor imensurável que o profissional irá adquirir se tiver uma formação que lhe permita ‘aceitar a pessoa do outro’, o outro surdo em sua singularidade, sem prejulgamentos, sem uma imagem já construída sobre o surdo e a sua comunidade (Oliveira, 2020, p. 118).

De fato, a formação de intérpretes de língua de sinais em contextos interculturais, tendo em vista as diferenças linguísticas dentro dos países trabalhados, tais como as línguas faladas e as outras línguas de sinais estrangeiras, é uma temática de pouca visibilidade em termos legais e acadêmicos.

Em tal caso, para que o tradutor e intérprete inserido em culturas diferentes assumam o papel de mediador/a nas interações culturais, é necessário que ele/a tenha um bom “conhecimento das culturas alvo e fonte assim como da história dos povos em questão” (Cruz; Guedes; Lemos, 2021, p. 234). Para isso, é indispensável o oferecimento de uma formação específica para que o/a tradutor/a e intérprete possa realmente realizar uma tradução intercultural de maneira acessível, cognoscível e que atenda aos parâmetros de uma ética comunicacional adequada.

Já no que diz respeito ao segundo ciclo, os eventos apresentados vieram trazer a pauta antirracista junto às pessoas Surdas, considerando o fato de que há, até o dia de hoje, poucas discussões sobre educação antirracista nas comunidades Surdas, e na comunidade acadêmica o problema também se manifesta de diversas formas: com a homogeneização destes grupos a partir da redução das suas identidades à identidade de pessoa com deficiência, coisa que acontece em paralelo com a construção de uma ideia de “cultura surda” que viria diluir quaisquer diferenças não somente raciais, mas também de gênero, classe, sexualidades, dentre outros.

Por outra parte, as políticas públicas centradas na pauta antirracista, quando existentes, tendem a focar na questão racial de forma unilateral, desconsiderando aspectos chave na construção da identidade social tais como o gênero, a classe social e, finalmente e de forma não menos importante, o marcador identitário surdo. Neste sentido, contemplando o campo das deficiência como uma construção plural que requer de uma abordagem integral, perguntamo-nos: Como

pautar ações antirracistas na educação que contemplem, de forma adequada, o lugar das pessoas Surdas?

E, de forma mais específica, como a pauta das pessoas surdas, que também são negras e/ou indígenas, pode se internacionalizar, observando a importância da tradução linguística e intercultural? O trabalho interseccional, ao contrário de fragmentar as complexas realidades com as quais nos enfrentamos, colabora para construirmos visões mais dinâmicas e integradas da experiência dos/as sujeitos/as sociais em espaços tais como as instituições de ensino superior.

Finalmente, observamos que a pauta da inclusão das pessoas negras e indígenas na educação superior, integrada de forma interseccional à pauta das pessoas com deficiência e, mais especificamente, às demandas das pessoas Surdas, ganha em densidade, riqueza e caráter estratégico. Esses movimentos, enriquecidos por relatos de experiência socializados com autoridades e espaços decisórios dentro das instituições acadêmicas, podem ser sementes para a elaboração de políticas universitárias de caráter mais denso e estratégico, que sejam capazes de contemplar tanto as particularidades dos casos, quanto o caráter social, racial e cultural estruturado e estruturante das instituições universitárias.

A relevância das temáticas dos ciclos a luz da discussão sobre a pluralidade cultural, tradução intercultural, interseccionalidade, pessoas com deficiência, pessoas Surdas, acesso à educação, antirracismo e Sul Global instigou reflexões que possibilitam por meio do registro salvo em plataformas como YouTube o uso dos materiais para criação de atividades posteriores. Dentre essas ações, podemos citar: ações educativas que empreendam um diálogo reflexivo.

7 CONCLUSÃO

A partir dos relatos de experiência coletiva aqui apresentados, infere-se a significância das mídias digitais em tempos de pandemia e de isolamento social, como demonstrou a pandemia da COVID-19 que assolou o mundo, e elas se manifestam como estratégias alternativas para dar continuidade às atividades ditas presenciais, como foi o caso das instituições de ensino superior. A internet é um território constituído não somente pela construção de saber, mas também de poder que se expressa nas relações sociais. Muitas das vezes essas relações estão recheadas de representações construídas socialmente para determinar o poder

sobre determinados grupos. Nessa linha, a internet acaba sendo colonizada por concepções únicas e distantes de realidades e sobre a história dos povos.

Apesar das adversidades que atravessam as mídias digitais, podemos transformá-las em um caminho estratégico com o intuito de descolonizar a internet. Assim, partindo das nossas experiências exploratórias de construção de ações antirracistas, através da pesquisa-intervenção, reconhecemos os meios digitais como possibilidades de nos (re)aproximarmos da sociedade para tentar discutir e torná-la mais consciente do racismo estrutural que impactam negativamente as pessoas que vivenciam o racismo.

Concluimos ser de fundamental importância o envolvimento das universidades com as comunidades/movimentos sociais enquanto articuladoras entre as autoridades estatais, cumprindo, a partir de uma perspectiva interseccional de acesso ao direito de educação inclusiva no contexto do ensino superior, a sua responsabilidade social para colocar em prática os dispositivos legais vigentes de eliminação do racismo e as ações afirmativas, não permitindo, além disso, a continuação da colonização dos corpos e das existências dos grupos socialmente oprimidos nos espaços virtuais, considerando os marcadores sociais da diferença (raça/etnia, classe, territorialidade, surdez, deficiência, entre outros).

As ações antirracistas descritas no trabalho revelam a necessidade de ampliar a discussão não somente antirracista nos espaços acadêmicos, mas somadas a educação descolonizadora, interseccional, anticapacitista, plurilíngue e multicultural, reconhecendo a importância de buscar novas estratégias que visem o combate ao racismo contra grupos minoritários, ou seja, pessoas negras, indígenas, Surdas e com deficiência. Vale destacar, também, a importância da formação de tradutores/intérpretes de Línguas de Sinais nos contextos interculturais, uma vez que esse/a profissional, enquanto mediador/a nas interações culturais, devem ter conhecimento cultural e histórico dos grupos que estão inseridos para facilitar o trabalho de tradução e interpretação, o que proporciona a esses grupos uma melhor compreensão das mensagens que estão sendo repassadas pelo/a profissional.

Outras reflexões que possam surgir, propostas de ações a serem realizadas nos âmbitos das universidades, eventos escolares e outros espaços sociais, devem ser direcionados para desconstruir a insciência sobre estes conceitos e promover a visibilidade do lugar de fala dos diversos grupos e/ou comunidades em múltiplos

contextos. Esperamos que esses relatos de experiência coletiva inspirem futuros trabalhos que venham a promover novas dinâmicas e diálogos entre sujeitos/as do Sul Global, ativando ferramentas estratégia-metodológicas de combate ao racismo na Educação Superior do Brasil e da América Latina.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Elefante, 2016.

BRASIL. *Lei n. 13.146*, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão das Pessoas com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 7 maio 2023.

BRASIL. *Decreto n. 7.612*, de 17 de novembro de 2011. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. *Lei 12.319*, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12319.htm. Acesso em: 07 maio 2023.

BRASIL. *Decreto n. 5.626/2005*. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm. Acesso em: 7 maio 2023.

BROGUET, J.; BIASSONI, R. *Rosalía y el revés de las cosas*. Argentina: Listocalisto, 2020.

CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. *Ciência & Educação*, Bauru, v. 23, n. 1, p. 1-6, jan. 2017.

CERVO, A. L. *Metodologia científica*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, L. A.; GUEDES, M. A.; LEMOS, A. M. Literatura surda: análise de um conto infantil à luz da tradução intercultural e intermodal. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis, v. 41, n. 2, p. 223-249, ago./dez. 2021.

DESLANDES, S.; COUTINHO, T. Pesquisa social em ambientes digitais em tempos de COVID-19: notas teórico-metodológicas. *Cadernos de Saúde Pública*, São Paulo, v. 36, n. 11, p. 1-11, 2020.

ESPINOSA-MIÑOSO, Yuderkys. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, [S. l.], n. 184, p.7-12, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=32530724004>. Acesso em: 2 maio 2023.

FALS BORDA, O. *Conocimiento y poder popular*. Bogotá: Siglo XXI, 1985.

LOANGO, A. O. Las múltiples formas del racismo. In: UNESCO; UNTREF. *Apuntes para la erradicación del racismo*. [Cuaderno de la Colección Apuntes iniciativa para la erradicación del racismo en la educación superior]. Ciudad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019. Disponível em: <https://unesco.untref.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 7 maio 2023.

MATO, D. El caso George Floyd y el racismo en los sistemas e instituciones de educación superior. In: UNESCO; UNTREF. *Apuntes para la erradicación del racismo*. [Cuaderno de la Colección Apuntes iniciativa para la erradicación del racismo en la educación superior]. Ciudad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019a. Disponível em: <https://unesco.untref.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 7 maio 2023.

MATO, D. Racismo y educación superior en América Latina. In: UNESCO; UNTREF. *Apuntes para la erradicación del racismo*. [Cuaderno de la Colección Apuntes iniciativa para la erradicación del racismo en la educación superior]. Ciudad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019b. Disponível em: <https://unesco.untref.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 7 maio 2023.

MELLO, A. G.; NUERNBERG, A. H. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 635-655, dez. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300003>

MOREIRA, M. C. N.; DIAS, F. S. Deficiência e interseccionalidade na pandemia de Covid-19. In: MATTA, G. C.; REGO, S.; SOUTO, E. P.; SEGATA, J. (Ed.). *Os impactos sociais da Covid-19 no Brasil: populações vulnerabilizadas e respostas à pandemia*. Rio de Janeiro: Observatório Covid 19; Editora FIOCRUZ, 2021. p. 99-109.

MOTA, D. C. B.; SILVA, Y. V.; COSTA, T. A. F.; AGUIAR, M. H. C.; MARQUES, M. E. M.; MONAQUEZI, R. M. Saúde mental e uso de internet por estudantes universitários: estratégias de enfrentamento no contexto da COVID-19. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 6, p. 2159-2170, 2021.

NASCIMENTO, R. G. Por uma educação antirracista nas universidades. *In*: UNESCO; UNTREF. *Apuntes para la erradicación del racismo*. [Cuaderno de la Colección Apuntes iniciativa para la erradicación del racismo en la educación superior]. Ciudad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019. Disponível em: <https://unesco.untref.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 7 maio 2023.

OLIVEIRA, S. M. *Os artefatos culturais surdo nos currículos de graduação do tradutor e intérprete de língua de sinais/língua portuguesa*. 2020. 135f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), Belo Horizonte, 2020.

OLIVEIRA, S. M. Os currículos de formação de tradutores intérpretes de libras e os artefatos culturais. *Translatio*, Porto Alegre, n. 15, jun. 2018.

PAGURA, R. J. Tradução & interpretação. *In*: AMORIM, L. M.; RODRIGUES, C. C.; STUPIELLO, E. N. A. (Org). *Tradução & Perspectivas teóricas e práticas*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2015. p. 183-207.

POESIA Mãe Assassina. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2 min 16 seg). Publicado pelo canal Nayara Silva. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Q1f7rpMe_wQ. Acesso em: 11 maio 2023.

RACISMO estrutural no ensino superior: relatos de experiências de mulheres guineenses no Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (30 min 14 seg). Publicado pelo canal Cemgui Okinkas. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=p6SvE9KxXqw>. Acesso em: 11 mai. 2023.

RAMOS, L. R. *A interseccionalidade na educação inclusiva: marcadores sociais da diferença*. 2021. 22f. TCC (Pós-Graduação Lato Sensu em Diversidade e Gênero na Educação) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2021. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/6131>. Acesso em: 7 maio 2023.

RÓNAI, P. *Escola de tradutores*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

SILVA, J. A.; ECHAZÚ BÖSCHEMEIER, A. G.; BARBOSA, A. P. M. Relatos de experiência de racismo com pessoas surdas: territórios da educação e da saúde. *In*: CARVALHO, B. S.; FERREIRA, J. G.; ARAÚJO, L. U. A.; OLIVEIRA, L. G. S.; NEGRÃO, O. G. C.; KNOX, W. (Org). *Territórios de identidade e políticas públicas: perspectivas teóricas, relatos e experiências no enfrentamento à covid-19 com comunidades e movimentos sociais*. Mossoró: Edições UERN; Áporo Editorial, 2022. p. 91-100.

SILVA, V. C.; SILVA, W. S. Marcadores sociais da diferença: uma perspectiva interseccional sobre ser estudante negro e deficiente no Ensino Superior brasileiro. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 31, n. 62, p. 569-586, 2018.

VELÁSQUES, Luisa María. Racismo en la educación superior, del imaginario a la cotidianidad. In: UNESCO; UNTREF. *Apuntes para la erradicación del racismo*. [Cuaderno de la Colección Apuntes iniciativa para la erradicación del racismo en la educación superior]. Ciudad de Buenos Aires: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2019. Disponível em: <https://unesco.untref.edu.ar/publicaciones>. Acesso em: 7 maio 2023.

ZAMBONI, Marcio. Marcadores sociais da diferença. *Sociologia: grandes temas do conhecimento*, [Especial Desigualdades], São Paulo, v. 1, p. 14-18, ago. 2014.

Sobre os autores:

Jenipher Alyssa de Lima Silva: Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) na Linha de Pesquisa "Educação e Inclusão em Contextos Educacionais". Mestre em Educação pelo PPGE/UFRN. Graduada em Letras – Língua Portuguesa e Libras pela UFRN. Professora substituta na área de Ensino de Libras do curso de Letras Libras/Língua Portuguesa da UFRN. **E-mail:** jenipher.alysa2@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7352-3924>

Ana Patricia Marcos Barbosa: Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Universidade Estadual Vale do Acaraú. Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Substituta, Departamento de Letras, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) na UFRN. **E-mail:** patylibrasdistancia@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0006-0114-493X>

Ana Gretel Echazú Böschemeier: Pós-doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Doutora em Antropologia pela Universidade de Brasília (UNB). Mestre em Antropologia pela UFRN. Bacharel em Antropologia pela Universidad Nacional de Salta. Professora assistente da UFRN. **E-mail:** gretigre@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-0792-1307>

Rute Régis de Melo: Mestranda em Educação Especial pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGEEsp/UFRN) na Linha de Pesquisa "Educação, Tecnologia Assistiva, Acessibilidade e Cultura". Graduada em Letras Libras (Licenciatura) pela UFRN. Graduada Tecnóloga em Gestão de Recursos Humanos (RH), pela Universidade Potiguar (UNP/RN). **E-mail:** rute.r.melo@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0009-7645-5072>

Taízia Tassia dos Santos: Graduanda em Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA) pela Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). **E-mail:** taiziacontato@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0009-0002-9357-593X>

Breno da Silva Carvalho: Doutor e mestre em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduado em Publicidade e Propaganda pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) e em Ciências Sociais/Antropologia pela UFBA. Realizou o curso de Metodologia Quantitativa em Ciência Humanas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Comunicação Social na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com foco em: comunicação e cultura digital; escrita e redação publicitária; linguagens publicitárias – online, offline e audiovisual; antropologia do consumo e das organizações; metodologia da pesquisa e produção de conhecimento. Vice coordenador do Curso de Publicidade e Propaganda. Integra o Grupo de Pesquisa – Observatório de Tendências em Publicidade (OBTEP) na UFRN. **E-mail:** brenosc@uol.com.br, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-3196-2328>

Ezequiel Adney Lima da Paixão: Pós-graduado Lato Sensu em Língua Brasileira de Sinais pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Graduado em Letras – Libras pela UFSC. Professor de libras – Universidade Federal de Rio Grande do Norte (UFRN), tutor distancia interprete de libras da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). **E-mail:** ezequielibrasw@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1735-4190>

Peti Mama Gomes: Doutora em Antropologia Social (PPGA) pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Antropologia pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e Universidade Federal do Ceará (UFC). Graduada em Humanidades pela Universidade da Integração Internacional da UNILAB. Professora substituta na UNILAB, vinculada ao Instituto de Humanidades Ceará. **E-mail:** gomespetimama@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0414-8438>

Lucrecia Raquel Greco: Bolsista pós-doutoral pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Doutora em Filosofia e Letras pela Universidade de Buenos Aires (UBA). Doutorado em Programa de pos graduação em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduação em Profesorado (licenciatura) em Ciências Antropológicas pela UBA. Antropóloga. **E-mail:** lucregre@yahoo.com.ar, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7943-114X>

Julia Broguet: Licenciada em Antropologia pela Universidade Nacional de Rosário (UNR). Antropóloga. Investigadora assistente do Instituto de Investigaciones Socio-Históricas Regionales (CONICET-UNR). Professora auxiliar, Faculdade de

Humanidades e Artes na UNR, Rosário, Argentina. **E-mail:** juliabroguet@gmail.com,
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8246-1203>

Recebido em: 14/05/2023

Aprovado para publicação em: 17/02/2024